

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “ONTE”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro,

e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de julho de 2020

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6



DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2018

31 de dezembro de 2018.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Balanço Patrimonial | Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.897.135	11.290
Contas a receber	5	74.924	-
Impostos recuperar	6	406.800	8.909
Depósitos Judiciais		21.578	-
Despesas antecipadas		23.736	-
Ativo contratual da concessão	7	9.989.894	4.976.745
Outros ativos circulantes	8	3.333.613	14.961.241
		15.747.680	19.958.185
Ativo não circulante			
Ativo contratual da concessão	7	116.948.066	67.094.938
Intangível		58.591	2.819
Outros ativos não circulantes	8	56.240	56.240
		117.062.897	67.153.997
Total do ativo		132.810.577	87.112.182
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	3.051.505	18.342.779
Obrigações sociais e trabalhistas	10	26.581	-
Obrigações tributárias	11	845.450	1.918.532
Encargos Setoriais	12	482.933	-
		4.406.469	20.261.311
Não circulante			
Partes Relacionadas	13	33.988.902	12.998.605
Tributos Diferidos	14	35.780.481	19.001.293
		69.769.383	31.999.898
Patrimônio líquido			
Capital social	15	6.000.001	10.000
Reserva Legal		1.193.737	4.549
Reserva de Lucros		51.440.987	28.846.423
Adiantamento para aumento futuro de capital		-	5.990.001
		58.634.725	34.850.973
Total do passivo e patrimônio líquido		132.810.577	87.112.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado | Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	16	57.342.575	67.851.451
Custo da operação	17	(16.178.086)	(23.820.035)
Lucro bruto		41.164.489	44.031.416
Despesas operacionais	18	(3.194.466)	(221.605)
Resultado bruto		37.970.023	43.809.811
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		26.587	6.101
Despesas financeiras		(710.271)	(9.307)
		(683.684)	(3.206)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		37.286.339	43.806.605
IRPJ e CSLL	20	(13.502.587)	(14.958.182)
Lucro líquido do exercício		23.783.752	28.848.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado | Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	<u>23.783.752</u>	<u>28.848.423</u>
Resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>23.783.752</u>	<u>28.848.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



	Reservas de lucro			AFAC	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.000	2.549	-	-	-	12.549
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	5.990.001	-	5.990.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.848.423	28.848.423
Reserva Legal (15 b)	-	2.000	-	-	(2.000)	-
Dividendos a Destinar (15 b)	-	-	3.605.553	-	(3.605.553)	-
Reserva de Lucros (15 b)	-	-	25.240.870	-	(25.240.870)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	4.549	28.846.423	5.990.001	-	34.850.973
Integralização de capital	5.990.001	-	-	(5.990.001)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.783.752	23.783.752
Reserva Legal (15 b)	-	1.189.188	-	-	(1.189.188)	-
Dividendos a Destinar (15 b)	-	-	2.675.672	-	(2.675.672)	-
Reserva de Lucros (15 b)	-	-	19.918.892	-	(19.918.892)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.000.001	1.193.737	51.440.987	-	-	58.634.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa | Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	23.783.752	28.848.423
Ativo contratual Remuneração e Margem de Construção	(38.688.191)	(48.074.527)
Amortização	10.340	-
Impostos e contribuições diferidas	16.779.188	19.001.284
	1.885.089	(224.820)
Varição nos saldos de ativos e passivos	(4.745.343)	5.232.228
Redução/(aumento) de Contas a Receber	(74.924)	-
Redução/(aumento) de Impostos a recuperar	(397.891)	(8.909)
Redução/(aumento) de Depósitos Judiciais	(21.578)	-
Redução/(aumento) de Despesas antecipadas	(23.736)	-
Redução/(aumento) de outros ativos Circ e Não Circ.	11.627.628	(15.010.517)
Aumento/(redução) de Fornecedores	(15.291.274)	18.333.122
Aumento/(redução) de Obrigações sociais e trabalhistas	26.581	-
Aumento/(redução) de Obrigações Tributárias	(1.073.082)	1.918.532
Aumento/(redução) de Outras Obrigações	482.933	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(2.860.254)	5.007.408
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo Contratual da Concessão	(16.178.086)	(23.820.035)
Imobilizado e Intangível	(66.112)	(2.819)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(16.244.198)	(23.822.854)
Atividades de financiamentos		
Pagamento de Empréstimos	-	(400.000)
Mútuo Partes Relacionadas	31.867.966	13.239.144
Pagamento Mútuo Partes Relacionadas	(10.877.670)	(240.539)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.990.001
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	20.990.297	18.588.606
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.885.845	(226.840)
Caixa e equivalentes no início do exercício	11.290	238.130
Caixa e equivalentes no fim do exercício	1.897.135	11.290
	1.885.845	(226.840)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Groenlândia nº 112 sala 1-4, Jardim América, São Paulo -SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 – ANEEL, descrita a seguir: Instalações De Transmissão no estado do Pará, compostas pela Subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pela Diretoria em 10 de julho de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC endossados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas

pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado do outro modo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço público de transmissão de energia. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

- Ativo Contratual de Concessão – Origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto,

porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (i) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada do CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações são enquadradas como um “Ativo Contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção mais margem de construção com base em todos os custos incorridos destinados ao investimento do ativo no momento. Todos os custos e margem de construção são alocados imediatamente no resultado, no momento que incorridos. A taxa para o reconhecimento da margem de construção é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração, é o resultado da correção monetária do ativo contratual devido ao reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.8. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%;

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

Correntes

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são conhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Encargos regulatórios

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

O valor da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.13. Reconhecimento de receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de Energia Elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com o CPC 47/IFRS 15.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

No período pré-operacional é reconhecida a receita de infraestrutura referente aos serviços de implementação, ampliação, reforços e melhorias das instalações de energia elétrica. Essa

receita é reconhecida conforme os gastos incorridos na construção e calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Já no período operacional são registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura e receita de Operação e Manutenção que consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por Ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por Ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

3.15. Normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 2018

O IFRS 9 Financial Instruments está vigente desde 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

O IFRS 15 Revenues from contracts with customers está em vigência desde 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Os efeitos do IFRS 9-Financial Instruments e 15-Revenues from Contracts with Customers foram analisados pela administração da Companhia, concluindo que não existirão impactos significativos, pelos seguintes motivos:

- ☐ Devido a operação ser caracterizada por uma obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo, de forma que a receita de construção deve ser reconhecida ao longo da execução da obra (atendendo ao POC);
- ☐ que a receita financeira deve incidir desde o momento do primeiro custo incorporado ao ativo contratual, já que a operação deve ser avaliada como um todo, e que estas operações são mantidas com objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão.
- ☐ entende-se que no caso da transmissão, existe um único cliente que é o Poder Concedente, com um contrato de concessão, que gera dois serviços: Construção e O&M, não configurando um risco para constituição de PCLD.

Com relação ao CPC 06 R2 – Operações de Arrendamento Mercantil e ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o Lucro, a Administração da Companhia avaliou que a norma e sua adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 não provocou impactos relevantes nas Demonstrações contábeis.

a. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 –Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) –Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) –Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos conta movimento	44.131	11.290
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.853.004	-
	1.897.135	11.290

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 100% do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Concessionárias e permissionárias	74.924	-
	74.924	-

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS – Operador Nacional do Sistema.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	73.384	-
Vencidos até 30 dias	542	-
Vencidos até 60 dias	276	-
Vencidos até 90 dias	434	-
Vencidos até 180 dias	288	-
	74.924	-

A administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a Recuperar	383.591	5.880
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.049	1.024
ISS a Recuperar	4.337	2.005
IR Clientes	4.232	-
CSLL Clientes	1.693	-
PIS Clientes	823	-
COFINS Clientes	3.801	-
Imposto de Renda	274	-
CSLL Retido na Fonte	849	-
ICMS a Compensar	6.152	-
	406.800	8.909

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018:

<u>Mutação do Ativo Contratual</u>	<u>TRAF (a)</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adição (b)</u>	<u>Juros, Atualizações monetárias e outros (c)</u>	<u>Recebimentos (d)</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
11,05 % a.a		72.071.683	49.395.669	10.447.353	(4.976.745)	126.937.960
Circulante		4.976.745				9.989.894
Não circulante		67.094.938				116.948.066

(a) Refere-se à taxa real de remuneração do ativo contratual da concessão – TRAF. No início da concessão, a TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção. Após a entrada em operação comercial a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

(b) Valor a receber referente à implementação de infraestrutura, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Neste valor constam serviços e materiais. A Companhia poderá receber parte deste valor após o final da concessão, quando da indenização.

(c) A Receita de remuneração dos ativos da concessão é o resultado da multiplicação do saldo do ativo contratual pela TRAF acrescida do IPCA. A correção monetária do ativo contratual é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários.

(d) Reflete a parcela do faturamento da receita anual permitida (RAP) como também a revisão anual das premissas utilizadas no julgamento e elaboração do cálculo do ativo contratual. A Companhia tem por prática contábil reavaliar anualmente o cálculo do ativo contratual por se tratar de uma estimativa contábil.

Após a implantação da infraestrutura constante do Contrato de Concessão, a contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço daquela existente e que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Outros Ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a Fornecedores	2.216.337	14.956.733
Créditos de Terceiros	4.503	4.508
Adiantamento Proinfra (a)	1.112.773	-
Total Outros Ativos Circulantes	3.333.613	14.961.241

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



Diretores, Conselheiros E Acionistas	56.240	56.240
Total Outros Ativos Não Circulantes	56.240	56.240

(a) - Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição. O valor de R\$ 1.112.773 (um milhão e cento e doze mil e setecentos e setenta e três reais) foi recebido no exercício de 2018 do cliente Vale SA e repassado ainda em 2018 para o fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA, tratado como adiantamento. A nota fiscal de cobrança do encargo emitido pelo fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA foi emitida em 2019, momento em que o valor foi apropriado ao resultado na conta de outros encargos – PROINFA.

9. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de Materiais e Serviços	3.051.505	18.342.779
	3.051.505	18.342.779

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recolher	5.187	-
Provisão de Férias	15.304	-
Provisão de INSS sobre Férias	4.867	-
Provisão de FGTS sobre Férias	1.224	-
	26.581	-

11. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
PIS a Recolher	15.006	25
PIS s/ Encargos Setoriais	27.106	-
COFINS a Recolher	69.147	136
COFINS s/ Encargo Setoriais	124.853	-
ICMS a recolher	450.999	1.599.258
Imposto de renda retido na fonte	6.638	1.381
INSS Retido de Fornecedor	89.811	214.920
INSS Retido PJ	1.255	-
INSS a Recolher	7.841	-

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	9.363	2.694
ISS a Recolher	40.884	100.118
FGTS a Recolher	2.548	-
	845.450	1.918.532

12. Encargos Setoriais

	31/12/2018	31/12/2017
Conta de desenvolvimento energético - CDE	482.933	-
	482.933	-

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

13. Partes Relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Testotrans	23.212.182	4.558.605
Aguifi	10.776.720	8.440.000
	33.988.902	12.998.605

Os saldos supracitados referem-se ao montante devido a aportes para construção da linha de transmissão da Companhia. O referido saldo não tem incidência de juros e nem atualização monetária.

14. Tributos Diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Diferido	20.917.121	10.995.101
Contribuição Social Diferida	7.543.648	3.963.081
PIS Diferido	1.305.678	721.203
COFINS Diferido	6.014.034	3.321.908
	35.780.481	19.001.293

Os saldos supracitados referem-se ao montante devido a aportes para construção da linha de transmissão da Companhia. O referido saldo não tem incidência de juros e nem atualização monetária.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



2018 é representado por 16.666 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Testotrans Holding Ltda	14.166	85%	7.500	75%
Kavom Energia Ltda	2.500	15%	2.500	25%
	16.666	100%	10.0	100%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aumentou o Capital em R\$ 5.990.001 (cinco milhões, novecentos e noventa mil e um reais), conforme alteração contratual, totalizado o Capital social em R\$ 6.000.001 (seis milhões e um real).

b) Destinações

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	23.783.752	28.848.423
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	(1.189.188)	(2.000)
Lucro após as destinações obrigatórias	22.594.564	28.846.423
Base Cálculo Dividendo (metade do lucro líquido diminuído da reserva legal e subvenção)	10.702.688	14.422.212
(-) Dividendos propostos (25%)	(2.675.672)	(3.605.553)
Lucros a Destinar	19.918.892	25.240.870
Sendo:		
Reservas de Lucros	19.918.892	25.240.870

16. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Construção	45.503.689	67.360.399
Remuneração dos ativos da Concessão	10.447.353	491.051
Receita de O&M	615.379	-
Receita de Transmissão da Rede Básica	5.799.082	-
PIS e COFINS Diferidos	3.276.601	4.043.111
(-) Encargos do Consumidor	(4.026.164)	-
(-) Outros Encargos	(996.764)	-
(-) PIS e COFINS Diferido	(3.276.601)	(4.043.111)
	57.342.575	67.851.451

17. Custo da Operação

	31/12/2018	31/12/2017
Custos de Construção	(16.178.086)	(23.820.035)
	(16.178.086)	(23.820.035)

Custos de construção: custos com aquisição de materiais, serviços e equipamentos utilizados na fase de construção da linha de transmissão e subestações;

18. Despesas Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	(81.267)	(10.847)
Serviços de Terceiros	(2.688.628)	(203.138)
Doações, contribuições e subvenções	(10.092)	(3.211)
Tributos	(33.956)	(4.309)
Gastos Diversos	-	(100)
Remuneração	(190.885)	-
Encargos	(76.668)	-
Outros Benefícios Correntes	(32.769)	-
Arrendamentos e Aluguéis	(7.895)	-
Amortização	(10.340)	-
Seguros	(61.499)	-
Outros	(467)	-
	(3.194.466)	(221.605)

19. Resultado Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	26.587	6.101
Despesas financeiras	(710.271)	(9.307)
	(683.684)	(3.206)

20. IRPJ e CSLL Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



A companhia tem registro de imposto de renda e contribuição social passivo diferido conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
IR Diferido	(9.922.020)	(10.995.101)
CS Diferido	(3.580.567)	(3.963.081)
	(13.502.587)	(14.958.182)

Os saldos passivos diferidos referem-se as diferenças temporárias devido ao ativo contratual de concessão.

21. Passivos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Fator Seguradora S.A	
APÓLICE:	1001800000002
TIPO:	Compreensivo Empresarial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 44.824.423,51
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 79.072,03
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2018 a 06/04/2019

Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	
APÓLICE:	046692018100103510003456
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 11.174,16
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2018 a 06/04/2019

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em reais (R\$)



Em 06/04/2019 as apólices foram renovadas passando a vigorar nas seguintes condições:

Fator Seguradora S.A	
APÓLICE:	1001800000058
TIPO:	Compreensivo Empresarial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 79.269,85
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2019 a 06/04/2020

Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	
APÓLICE:	1001800000058
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 10.532,81
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2019 a 06/04/2020

Em 06/04/2020 as apólices foram renovadas passando a vigorar nas seguintes condições:

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	1800626523
TIPO:	Compreensivo Empresarial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 53.695,37
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	5100001359
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 7.984,02
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

23. Eventos Subsequentes

A ONTE vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico, em especial no mercado brasileiro, e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ademais, a Administração considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica tem se mostrado eficientes para conter estes riscos.

De forma a garantir o fluxo normais das atividades a Companhia adotou posição prudente na gestão do caixa, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais. A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores.

DIRETORIA EXECUTIVA